



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 305/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1471/2014 (2 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Estadual para os Povos Indígenas – SEIND.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Bonifácio José, Secretário de Estado e Ordenador de Despesa, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD – Relatório Conclusivo nº 36/2015 (fls. 290/310).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1789/2016–MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 327/327v).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. SEIND.
Exercício de 2013.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo.
Remessa.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas as Contas da Secretaria Estadual para os Povos Indígenas-SEIND, exercício de 2013, de responsabilidade do senhor **Bonifácio José**, Secretário de Estado, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, dando-se **quitação** ao Responsável, condicionado ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de que não resultaram dano ao Erário;

9.2- Aplicar multa ao senhor Bonifácio José, Secretário de Estado Secretaria Estadual para os Povos Indígenas-SEIND, exercício 2013, no valor de R\$ **2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), nos termos do inciso IV do art. 54 da Lei nº 2.423/96 c/c a alínea a da inciso I do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), (irregularidade 2.1 do relatório);

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 305/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral